Lins Agroindustrial S.A.

CNPJ: 35.637.796/0001-72

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Março de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Diretoria - Senhores Acionistas: Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, apresentamos os Balanços Patrimoniais e demais contas referentes aos exercícios encerrados em 31/03/2022 e 2021. Lins, 30 de junho de 2022. **A Diretoria**

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	476.092	309.753
Aplicações financeiras	8	62.340	144.325
Contas a receber de clientes	9	49.757	86.819
Instrumentos financeiros derivativos	34	72.490	1.344
Estoques	10	151.090	102.140
Ativo biológico	11	232.177	182.582
Adiantamentos a fornecedores	12	683	850
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	13	8.230	285
Tributos a recuperar	13	17.112	8.992
Demais contas a receber	14	2.287	2.121
Total do ativo circulante		**1.072.258**	**839.211**
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	8	41.194	46.253
Tributos a recuperar	13	22.243	21.854
Demais contas a receber	14	43.772	5.387
		107.209	**73.494**
Investimentos	15	625	615
Propriedades para investimento	16	–	6.535
Imobilizado	17	849.932	734.214
Intangível		4.378	4.819
Direito de uso	18	980.472	657.819
Total do ativo não circulante		**1.942.616**	**1.477.496**
Total do Ativo		**3.014.874**	**2.316.707**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2022	2021
Circulante			
Fornecedores	19	56.131	44.867
Arrendamentos a pagar	18	7.278	2.136
Parceria agrícola a pagar	18	162.653	59.266
Empréstimos e financiamentos	20	115.242	85.012
Obrigações com a Cooperativa	21	928	903
Salários e contribuições sociais	22	21.932	20.564
Dividendos e juros sobre o capital próprio	23	13.317	7.212
Empréstimos de acionistas	17	–	–
Adiantamentos de clientes	24	1.104	7.014
Instrumentos financeiros derivativos	34	170.242	162.696
Tributos a recolher	25	4.057	4.017
Total do passivo circulante		**552.884**	**393.687**
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	20	900.645	702.947
Arrendamentos a pagar	18	4.772	4.297
Parceria agrícola a pagar	18	798.687	609.959
Obrigações com a Cooperativa	21	18.509	19.320
Empréstimos de acionistas	23	76.381	–
Provisão para contingências	26	3.057	3.163
Tributos diferidos	27	141.499	97.921
Demais contas a pagar		–	969
Total do passivo não circulante		**1.943.550**	**1.438.576**
Total do Passivo		**2.496.434**	**1.832.263**
Patrimônio Líquido	28		
Capital social		499.927	274.537
Reservas de lucros		57.245	306.137
Ajuste de avaliação patrimonial		(38.732)	(96.230)
Total do Patrimônio Líquido		**518.440**	**484.444**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**3.014.874**	**2.316.707**

Demonstração do Resultado

	Nota	2022	2021
Receita líquida das vendas	29	807.794	725.422
Custo dos produtos vendidos	30	(573.548)	(443.458)
Variação do valor justo do ativo biológico	11	44.211	24.201
Lucro bruto		278.457	306.165
Despesas com vendas	30	(10.862)	(10.761)
Despesas gerais e administrativas	30	(36.135)	(29.653)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31	2.002	1.049
Lucro operacional		233.462	266.800
Receitas financeiras		17.857	10.293
Despesas financeiras		(132.809)	(91.881)
Variação cambial, líquida		18.483	4.381
Derivativos	34	(19.897)	(17.018)
Resultado financeiro	32	(116.365)	(94.225)
Lucro antes do IR e da CS		117.097	172.575
Imposto de renda e contribuição social	27		
Correntes		(2.522)	(1.711)
Diferidos		(27.171)	(53.969)
Lucro líquido do exercício		87.404	116.895

Demonstração do Resultado Abrangente

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	87.404	116.895
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado		
Instrumentos financeiros derivativos:		
Derivativos de mercadorias - futuro, opções e contratos a termo	(41.775)	(157.129)
Derivativos de câmbio - opções e NDF	90.030	(2.492)
Tributos diferidos sobre itens acima	(16.406)	54.271
	31.849	(105.350)
Resultado abrangente do exercício	119.253	11.545

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Capital social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Ajuste patrimonial	Ajustes de avaliação patrimonial: Custo atribuído	Ajustes de avaliação patrimonial: Hedge accounting	Lucros acumulados	Total
Em 1º de abril de 2020		274.537	–	193.603	–	17.571	(8.101)	–	477.610
Realização do custo atribuído, líquido de tributos	28 (iii)	–	–	–	–	(350)	–	350	–
Instrumentos financeiros - hedge accounting	28 (iii)	–	–	–	–	–	(105.350)	–	(105.350)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	116.895	116.895
Destinação do Lucro:									
Constituição de reservas		–	5.845	106.689	–	–	–	(112.534)	–
Constituição de juros sobre o capital	28 (v)	–	–	–	–	–	–	(3.600)	(3.600)
Dividendos mínimos obrigatórios	28 (iv)	–	–	–	–	–	–	(1.111)	(1.111)
Em 31 de março de 2021		274.537	5.845	300.292	–	17.221	(113.451)	–	484.444
Capitalização de reservas	28 (ii)	225.390	(5.845)	(219.545)	–	–	–	–	–
Realização do custo atribuído, líquido de tributos	28 (iii)	–	–	–	–	(1.976)	–	1.976	–
Instrumentos financeiros - hedge accounting	28 (iii)	–	–	–	–	–	31.849	–	31.849
Reavaliação cisão parcial	28 (vi)	–	–	–	27.625	–	–	–	27.625
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	87.404	87.404
Destinação do lucro:									
Constituição de reservas		–	4.370	65.180	–	–	–	(69.550)	–
Constituição de juros sobre o capital	28 (v)	–	–	–	–	–	–	(19.000)	(19.000)
Dividendos adicionais	28 (ii)	–	–	(93.052)	–	–	–	–	(93.052)
Dividendos mínimos obrigatórios	28 (iv)	–	–	–	–	–	–	(830)	(830)
Em 31 de março de 2022		499.927	4.370	52.875	27.625	15.245	(81.602)	–	518.440

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Nota	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		117.097	172.575
Ajustes:			
Depreciação e amortização	30	98.346	79.143
Depreciação direito de uso	30	87.513	63.316
Colheita dos ativos biológicos	11	167.180	101.678
Variação do valor justo do ativo biológico	11	(44.211)	(24.201)
Variação do valor justo de propriedades de investimento		6.535	–
Resultado da alienação de ativo imobilizado		4.102	1.673
Provisão para contingências	26	1.048	1.273
Instrumentos derivativos não realizados		(15.345)	(11.882)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos de empréstimos	35 (i)	53.768	52.777
Juros de arrendamentos e parcerias agrícolas	35 (i)	49.034	44.054
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	32	(5.583)	(4.592)
		519.484	475.813
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		46.125	(56.813)
Estoques		(28.300)	(11.282)
Aumento de ativo biológico		(179.815)	(146.397)
Adiantamentos a fornecedores		167	(388)
Tributos a recuperar		(16.301)	(3.092)
Demais contas a receber		(10.892)	440
Fornecedores		11.264	18.024
Obrigações com a Cooperativa		(1.076)	(709)
Salários e contribuições sociais		1.368	1.212
Provisão para contingências - liquidações		(1.154)	(759)
Adiantamento de clientes		(5.910)	5.980
Impostos a pagar		(2.810)	1.908
Demais contas a pagar		(969)	(5.607)
Caixa gerado nas operações		331.181	278.330
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	35 (i)	(66.391)	(53.308)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.522)	(1.711)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		262.268	223.311
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras		87.044	(55.045)
Adições ao ativo imobilizado e intangível exceto cana-de-açúcar		(103.801)	(78.997)
Adições ao ativo imobilizado cana-de-açúcar		(134.204)	(102.247)
Valor recebido pela venda de ativo imobilizado		14.175	858
Adições ao ativo investimentos		(10)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(136.796)	(235.431)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Amortização de empréstimos e financiamentos bancários	35 (i)	(150.747)	(46.051)
Ingressos de empréstimos e financiamentos bancários	35 (i)	391.298	88.000
Ingressos de empréstimos de acionista		73.000	–
Amortização de aluguéis, arrendamentos e parcerias	18	(168.757)	(106.873)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(103.927)	(5.298)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos		40.867	(70.222)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa, líquido		166.339	(82.342)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		309.753	392.095
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		476.092	309.753

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022

1. Contexto operacional: A Lins Agroindustrial S.A. ("Companhia") foi constituída em 8 de agosto de 2019, com sede no município de Lins, estado de São Paulo, e possui como atividade preponderante a produção e o comércio de açúcar, etanol e seus subprodutos, além de exercer atividades agrícolas relacionadas à exploração de cana-de-açúcar em áreas próprias e de terceiros em regime de parceria. Substancialmente, a cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é de propriedade da Companhia. Em 29 de fevereiro de 2020, mediante Ata de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), foi aprovado o "Protocolo e Justificação da Cisão Parcial da Usina Batatais S.A. Açúcar e Álcool", seguida de Incorporação do Acervo Patrimonial Cindido pela Lins Agroindustrial S.A. e consequentemente aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 274.537,00 equivalentes a 2.930.002 ações. A referida cisão parcial segregou as unidades produtivas localizadas na região de Lins e na região de Batatais, de forma que a Companhia passou a ser detentora da unidade produtiva na região de Lins e a Usina Batatais passou a ser detentora da unidade produtiva na região de Batatais. A cisão teve por objetivo modificar as estruturas societárias, visando ao crescimento, à otimização e à racionalização das operações das unidades produtivas. **(a) Renovabio - cbios:** A Política Nacional de Biocombustíveis - Renovabio, instituído pela Lei nº 13.576/17, faz parte da política energética nacional e tem como objetivo contribuir com a adequada relação de eficiência energética e redução de emissões de gases causadores do efeito estufa na produção, comercialização e uso de biocombustíveis. O programa Renovabio estabelece a obrigatoriedade das distribuidoras de combustíveis em comprar créditos na proporção de suas vendas de combustíveis fosseis, visando minimizar os impactos das emissões de carbono de suas atividades. Paralelamente, os produtores de combustíveis renováveis podem se certificar para emissão destes créditos de descarbonização (CBIOS). A Companhia foi certificada em 13 de março de 2020 no programa Renovabio e, em 18 de março de 2020, firmou contrato com o Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO para utilização da plataforma Cbios. Em 31 de março de 2022, a Companhia não possuía Cbios disponíveis para comercialização (74.374 em 31 de março de 2021). (Nota 10). Durante o exercício social, foram comercializados 222.223 Cbios (164.159 em 31 de março de 2021), reconhecidos como Receita líquida (Nota 29). **(b) Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19:** Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia, as autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. Diante deste cenário, a Companhia instituiu um Comitê de Crise, composto pelos membros da diretoria e pelos responsáveis pela área de Saúde e Segurança do Trabalho e definiu um protocolo de contingência da COVID-19, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. A Companhia agiu com celeridade e assertividade na criação do Comitê de Crise, o qual faz o acompanhamento contínuo das medidas tomadas para o enfrentamento da COVID-19, que visam à identificação de riscos e vulnerabilidades, além de estabelecer medidas de proteção, controle e contenção de eventual proliferação da COVID-19 no âmbito da Companhia, como também preservando os seus fornecedores, clientes e parceiros de negócio. Nesse sentido, foi de extrema importância que o setor tenha sido classificado como "atividade essencial" por produzir alimento, combustível e álcool 70% para desinfecção. Essa medida foi fundamental para que a Companhia pudesse seguir normalmente com sua operação, desde que obviamente desenvolvesse ações no sentido de preservar a saúde de seus colaboradores. Com relação à comercialização dos produtos acabados, cabe ressaltar que a Companhia conseguiu cumprir com as metas estabelecidas para o ano-safra, praticando preços médios superiores se comparados com o ano anterior. A Companhia opera em sua capacidade máxima de produção e uso pleno dos seus ativos, estando apenas sujeita a impactos de condições climáticas adversas, usuais e inerentes às atividades do agronegócio. Assim, a administração da Companhia analisou todos os potenciais riscos, sendo que não foi identificada nenhuma situação que possa refletir em nenhum tipo de impacto relevante nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2022. **2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 7. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de propriedades para investimentos, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela administração da Companhia em 30 de junho de 2022. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. **4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis críticos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **(a) Provisão para contingências:** A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas prováveis dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **(b) Provisão para crédito de liquidação duvidosa (impairment):** O impairment é estabelecido quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores, sendo a provisão calculada em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e as respectivas garantias possuídas. **(c) Revisão da vida útil e valor recuperável do ativo imobilizado:** A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares. **(d) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, como cotações de corretoras, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota 11** - ativo biológico; **Nota 16** - propriedades para investimento; e **Nota 34** - instrumentos financeiros. **(e) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os ativos de impostos diferidos incluem, em 2022, um saldo de R$ 54 (em 2021 R$ 1.578) relacionado a prejuízos fiscais acumulados da Companhia. A Companhia entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios aprovados e nos orçamentos para a controlada. A estimativa é que a controlada continue a gerar lucro tributável nos exercícios seguintes. **(f) Taxa incremental sobre empréstimos do arrendatário:** A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. O CPC 06(R2) permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares. A Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares. **(g) Estimativa de valores a pagar de acordo com as garantias de valor residual em arrendamentos:** A Companhia estima e reconhece os valores de pagamentos esperados em função de garantias de valor residual como parte do passivo do arrendamento. Normalmente, o valor residual esperado no início de um arrendamento é igual ou maior do que o valor garantido e, por isso, a Companhia não espera fazer pagamentos. No fim de cada período, os valores residuais esperados são revisados e, se necessário, os valores a pagar a título de garantias de valor residual são ajustados. **5. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de abril de 2021 e não resultaram em impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia: • **Reforma da IBOR** - Fase 2: alterações ao CPC 48, CPC 38 e CPC 40 - "Instrumentos Financeiros", ao CPC 06(R2) - Arrendamentos, ao CPC 11 "Contratos de Seguros". A Fase 2 da reforma da IBOR traz as seguintes exceções temporárias na aplicação das referidas normas, que foram adotadas pelo Grupo, com relação a: **(i) Fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros:** permitido mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar em desreconhecimento do contrato e, consequentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior. **(ii) Relações de hedge**: a designação formal da relação de proteção deve ser alterada apenas para designar a taxa de referência alternativa como um risco coberto, alterar a descrição do item protegido e/ou alterar a descrição do instrumento de cobertura. Tal alteração na designação formal da relação de proteção não constitui descontinuação da relação de proteção nem nova relação de proteção, portanto sem efeitos imediatos no resultado do exercício. • **Benefícios Relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento:** alterações ao CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022. Adicionalmente, em 25 de outubro de 2021, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu o décimo nono documento de revisão de normas contábeis, as entidades devem aplicar essas alterações nos exercícios anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022, ou seja, não estão em vigor para o exercício iniciado em 1º de abril de 2021. A adoção antecipada de normas não é permitida no Brasil pelo CPC. • Inclusão dos itens 39AG e o novo D13A, alteração da alínea (f) do item D1 e renumera o item D13A para D13B no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, para simplificar a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote normas internacionais pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. • Inclusão dos itens 7.1.9, 7.2.35, e seu título, e B3.3.6A e alteração do item B3.3.6 no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, para esclarecer quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros. • Alteração do item 22 e inclusão do item 65 no CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, para remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no CPC 29 com as de outras normas CPCs. • Alteração dos itens 17 e 74 e inclusão dos itens 20A, 74A, 80D e 81N no CPC 27 - Ativo Imobilizado, para proibir uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. • Inclusão dos itens 68A, 94A e 108 e alteração do item 69 no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. • Alteração dos itens 11, 14, 21, 22 e 23 e inclusão dos itens 21A, 21B, 21C, 23A e 64Q no CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. Não há outras normas CPCs ou interpretações ICPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **6. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; • os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; • os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de venda; • os ativos imobilizados mensurados pelo custo atribuído na data da transição; e • as propriedades para investimento são mensuradas pelo valor justo. **7. Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente ao longo do exercício apresentado nessas demonstrações financeiras, salvo disposição em contrário. **7.1 Receita operacional:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia fabrica e vende açúcar, etanol e outros produtos. As vendas destes produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. **7.2 Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: juros sobre aplicações financeiras; juros ativos e passivos repassados pela Cooperativa; ganhos e perdas com derivativos; ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. As receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. **7.3 Moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. **7.4 Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **7.5 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(i) Imposto corrente:** O imposto corrente é o imposto a pagar calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **(ii) Imposto diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Os impostos diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **7.6 Operações cooperativa:** No processo de cisão, a Companhia recebeu 50% do saldo mantido junto a Copersucar, cooperativa da qual houve o desligamento ao final da safra 2015/2016. Nas operações mantidas com a Cooperativa, as receitas auferidas e as despesas incorridas nas operações por conta de cooperados e nas atividades de apoio e administração, efetuadas pela Cooperativa, eram apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da Companhia em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST nº 66, de 5 de setembro de 1986. **7.7 Ativo biológico:** Os ativos biológicos correspondem aos tratos culturais nas lavouras de cana-de-açúcar, que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol. Esses ativos estão avaliados pelo valor justo, menos as despesas de vendas. O valor justo dos ativos biológicos é determinado na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos, é determinado pela diferença entre o valor justo e custos incorridos com tratos culturais dos ativos biológicos até o momento da avaliação, deduzido das variações acumuladas do valor justo de períodos anteriores, sendo registrado no período na rubrica "Variação no valor justo do ativo biológico". Em determinadas circunstâncias, o valor justo estimado, menos as despesas de venda, se aproxima do correspondente custo de tratos, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou quando se espera que o impacto dessa transformação sobre o valor justo não seja material, nesses casos, os gastos incorridos constituem-se como referência de valor justo. **7.8 Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. O custo da cana-de-açúcar transferido dos ativos biológicos é seu valor justo menos as despesas de venda apuradas na data do corte. Os gastos com manutenção agrícola e industrial e com depreciação, incorridos no período de entressafra, são acumulados no grupo de estoques e apropriados ao custo de produção do açúcar e do etanol por ocasião da colheita e da industrialização da cana-de-açúcar da safra seguinte. O Cbios é caracterizado como um ativo, na sua essência, intangível, por não ter substância física, que decorre de eventos passados e gera um direito para a Companhia. O direito nasce como consequência de uma subvenção governamental, logo seu reconhecimento inicial é tratado dentro do escopo do Pronunciamento Técnico CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, e seu reconhecimento inicial é através do valor justo, registrado na linha de outras receitas e despesas operacionais, líquidas (Nota 31). Após a mensuração inicial, o Cbios, por ter sua origem derivada de operações e ser comercializado pela Companhia, passa a ser tratado como estoque, e sua mensuração subsequente passa a ser o valor realizável líquido, conforme definido no CPC 16 - Estoques. Ao final do exercício a Companhia faz a comparação entre o custo de estoque do Cbios e o seu valor realizável líquido de mercado, e caso necessário, faz o registro de impairment. **7.9 Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação ac

continuação

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022 da Lins Agroindustrial S.A. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Estoques:

	2022	2021
Produtos acabados e em elaboração	67.153	37.898
Custos a apropriar do período de entressafra	55.598	44.311
Almoxarifado de insumos, materiais auxiliares, de manutenção e outros	28.339	18.326
Renovabio - Cbios	–	1.605
	151.090	102.140

O custo dos produtos acabados contempla a cana-de-açúcar (considerada como produto agrícola e mensurada pelo valor justo, menos despesas de vendas, no momento da colheita) e os gastos gerais de fabricação, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de realização. Os gastos com manutenção de entressafra são gastos incorridos na manutenção de equipamentos agrícolas e industriais que são acumulados no decorrer da entressafra para apropriação ao custo de produção da safra seguinte. Os estoques de almoxarifado são avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de realização. Em 31 de março de 2022, a Companhia não possuía Cbios disponíveis para comercialização, (74.374 em 31 de março de 2021). **11. Ativo biológico:** A movimentação do ativo biológico (cana-de-açúcar) está demonstrada abaixo:

	2022	2021
Ativo biológico no início do exercício	182.582	114.511
Aumentos decorrentes de tratos culturais	179.815	146.397
Reduções decorrentes de colheita	(174.431)	(102.527)
Variação no valor justo	44.211	24.201
	232.177	182.582

A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações: **(i) Riscos regulatórios e ambientais:** A Companhia está sujeita às leis e regulamentos de vários órgãos reguladores, para os quais estabeleceu políticas e procedimentos voltados ao cumprimento. **(ii) Riscos climáticos e outros:** As plantações da Companhia estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios acidentais e criminosos e outras forças da natureza. Existem processos voltados ao monitoramento e mitigação desses riscos, incluindo controle de pragas à cultura no campo e na indústria. Não há nenhum tipo de seguro contratado que cubra esses riscos. **(iii) Lavouras de cana-de-açúcar:** As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram.

As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:	2022	2021
Área estimada de colheita (hectares)	46.840	46.036
Produtividade prevista (tonelada/hectare)	71,40	73,40
Quantidade total de açucar recuperável - ATR (kg/ton)	138,85	132,23
Valor do kg de ATR - médio projetado (R$)	1,22	0,96

Análise de sensibilidade do valor justo: A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2022, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar; e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R$ 11.296. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R$ 8.798.

12. Adiantamentos a fornecedores:

	2022	2021
Adiantamento a fornecedores - cana-de-açúcar	501	655
Adiantamento a outros fornecedores	182	195
	683	850

Os adiantamentos são representados, substancialmente, por valores adiantados a fornecedores de cana, cuja entrega do produto ocorrerá durante a próxima safra.

13. Tributos a recuperar e créditos de IRPJ e CSLL:

	2022	2021
Imposto de renda da pessoa jurídica - IRPJ	6.574	285
Contribuição social sobre o lucro - CSLL	1.656	–
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	925	1.686
Programa de integração social - PIS	4.630	2.758
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	21.036	12.667
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	11.417	12.941
REINTEGRA	416	292
Demais impostos	931	502
	47.585	31.131
IRPJ e CSLL no ativo circulante	(8.230)	(285)
Tributos a recuperar no ativo circulante	(17.112)	(8.992)
Ativo não circulante	22.243	21.854

Os créditos existentes de Impostos e Contribuições foram levantados em obediência à legislação vigente à época do seu levantamento, não havendo nenhum questionamento a respeito dos saldos, exceto por uma parcela do saldo a recuperar da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, para a qual existe processo judicial em andamento e provisão de perda constituída. Os valores de ICMS, PIS e COFINS, que estão registrados no ativo circulante, são créditos acumulados da aquisição de ativos imobilizados que serão recuperados nos próximos 12 meses, com impostos gerados na comercialização de açúcar, etanol e subprodutos. A parcela existente no ativo não circulante refere-se a créditos de ICMS, PIS e COFINS na aquisição de ativos imobilizados, em que se estima que serão realizados em período superior a 12 meses.

14. Demais contas a receber:

	2022	2021
Empréstimos a terceiros	285	704
Depósitos judiciais	1.322	1.803
Contas a receber Cooperativa (i)	3.583	3.583
Outras contas a receber (ii)	40.869	1.418
	46.059	7.508
Ativo circulante	(2.287)	(2.121)
Ativo não circulante	43.772	5.387

(i) Participação da Companhia em processos de restituição de tributos administrados pela Cooperativa, para os quais não há mais possibilidade de reversão do crédito. O saldo não sofre atualização e não há data definida para realização, motivo pelo qual os saldos são classificados como não circulante. (ii) No processo de cisão divulgado na Nota 1, foi definido que os saldos contábeis deveriam ser segregados de forma a respeitar a participação de cada um dos acionistas no negócio. Assim, 50% de cada saldo contábil deveria ser segregado para cada unidade, com algumas exceções. As diferenças apuradas subsequentemente pelas partes resultam em direitos a receber e a pagar, que são reconhecidos pelas partes, e liquidados ou recebidos conforme fluxo de caixa do direito ou obrigação relacionados. No exercício findo em 31 de março de 2022, a Companhia reconheceu ganhos líquidos no montante de R$ 19.474 dos quais R$15.194 foram reconhecidos como resultado financeiro e R$4.280 como outras receitas no resultado do exercício, e o montante de R$ 27.625 foi reconhecido em contrapartida do patrimônio líquido (Nota 28 (vi)). **15. Investimentos:** Representados substancialmente por 2.521 ações do CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A., este investimento está avaliado a custo pelo montante de R$ 613, sendo esta a melhor estimativa de realização do valor deste ativo até a presente data. **16. Propriedades para investimento:** A Companhia possuía terrenos que foram mantidos como propriedades para investimento, vendidos em 8 de março de 2022 no montante de R$ 2.915 (R$ 6.535 em 31 de março de 2021) para sua parte relacionada em condições negociadas entre as partes.

17. Imobilizado:

	Terras e Terrenos	Edifícios, dependências e benfeitorias	Equipamentos e instalações industriais	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Cana-de-açúcar	Outros	Obras em Andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total
Saldos em 01 de abril de 2020	32.332	26.967	213.862	49.131	71.674	209.715	12.820	21.354	33	637.888
Aquisição	–	–	4.150	4.174	17.582	102.247	4.090	42.800	5.846	180.889
Transferências	–	6.458	21.817	(1.209)	1.376	–	180	(27.058)	(1.564)	–
Baixas	–	–	(955)	(585)	(453)	(532)	(6)	–	–	(2.531)
Depreciação	–	(1.173)	(16.107)	(4.400)	(10.175)	(48.113)	(2.064)	–	–	(82.032)
Saldos em 31 de março de 2021	32.332	32.252	222.767	47.111	80.004	263.317	15.020	37.096	4.315	734.214
Custo total	32.332	42.532	361.476	82.985	131.168	425.050	25.625	37.096	4.315	1.142.579
Depreciação acumulada	–	(10.280)	(138.709)	(35.874)	(51.164)	(161.733)	(10.605)	–	–	(408.365)
Valor residual	32.332	32.252	222.767	47.111	80.004	263.317	15.020	37.096	4.315	734.214
Saldos em 01 de abril de 2021	32.332	32.252	222.767	47.111	80.004	263.317	15.020	37.096	4.315	734.214
Aquisição	–	20	5.074	5.690	17.759	134.204	2.363	57.290	14.527	236.927
Transferências	(10.351)	41.177	52.126	823	1.475	–	245	(72.601)	(12.894)	–
Baixas	(10.348)	–	(58)	(237)	(1.901)	–	(11)	–	(5.722)	(18.277)
Depreciação	–	(1.321)	(19.519)	(4.841)	(11.327)	(63.684)	(2.240)	–	–	(102.932)
Saldos em 31 de março de 2022	11.633	72.128	260.390	48.546	86.010	333.837	15.377	21.785	226	849.932
Custo total	11.633	83.729	418.552	87.892	142.748	559.254	28.145	21.785	226	1.353.964
Depreciação acumulada	–	(11.601)	(158.162)	(39.346)	(56.738)	(225.417)	(12.768)	–	–	(504.032)
Valor residual	11.633	72.128	260.390	48.546	86.010	333.837	15.377	21.785	226	849.932
Taxas anuais de depreciação - %		de 2 a 10%	de 2,5 a 33%	de 5 a 20%	de 5 a 20%	20%				

(a) Bens dados em garantia: A Companhia cedeu determinados bens do ativo imobilizado em garantia de operações de financiamentos, perfazendo um total de R$ 246.194 em 31 de março de 2022 (R$ 330.040 em 31 de março de 2021). **(b) Valor recuperável do ativo imobilizado:** O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício encerrado em 31 de março de 2022, a Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável do ativo. **(c) Obras em andamento e adiantamentos a fornecedores:** O saldo de obras em andamento refere-se substancialmente aos gastos incorridos na ampliação do escritório administrativo, construção do novo refeitório, projeto de irrigação, adequação das salas no edifício Le Monde, os quais serão encerrados em sua grande maioria no decorrer da safra 22/23. Os juros decorrentes dos empréstimos captados foram devidamente capitalizados no ativo para cada em execução. No exercício findo em 31 de março de 2022, os encargos financeiros capitalizados foram no montante de R$ 2.998 (2021 - R$ 854). **18. Direito de uso e arrendamento a pagar e Parcerias Agrícolas a pagar:** As informações sobre arrendamentos para os quais a Companhia é o arrendatário são apresentadas abaixo:

(a) Ativos de direito de uso:

	Imóveis	Veículos	Parceria Agrícola (i)	Arrendamento Agrícola	Outros	Ativo de direito de uso
Saldo em 01 de abril de 2020	917	5.732	536.723	2.975	689	547.036
Acréscimo por novos contratos		266	86.332		406	87.004
Remensuração			99.185	579		99.763
Depreciação	(212)	(4.600)	(70.669)	(249)	(256)	(75.985)
Saldo em 31 de março de 2021	705	1.398	651.571	3.305	839	657.819
Direito de uso	935	9.122	787.975	3.797	1.223	803.052
Depreciação acumulada	(229)	(7.724)	(136.404)	(492)	(384)	(145.234)
Valor residual	705	1.398	651.571	3.305	839	657.819
Saldo em 01 de abril de 2021	705	1.398	651.571	3.305	839	657.819
Acréscimo por novos contratos		10.400	29.834		429	40.663
Remensuração			375.006	1.788		376.794
Depreciação	(211)	(6.586)	(87.154)	(302)	(550)	(94.803)
Saldo em 31 de março de 2022	494	5.212	969.257	4.791	718	980.472
Direito de uso	935	19.522	1.192.815	5.585	1.652	1.220.509
Depreciação acumulada	(440)	(14.310)	(223.558)	(794)	(934)	(240.037)
Valor residual	494	5.212	969.257	4.791	718	980.472

(i) Referem-se contratos tipificados pelo Estatuto da terra como parceria agrícola, que apesar de não se tratarem de arrendamento mercantil, foram incluídos por conterem condições previstas na norma CPC 06 (R2) Arrendamentos.

(b) Passivos de arrendamento:

	Compromissos de arrendamento	Ajuste a valor presente	Passivo de arrendamento
Saldo em 01 de abril de 2020	782.792	(231.083)	551.709
Acréscimo por novos contratos	110.775	(23.771)	87.004
Remensuração	99.763	–	99.763
Pagamentos efetuados	(106.873)	–	(106.873)
Apropriação de encargos financeiros	–	44.054	44.054
Saldo em 31 de março de 2021	886.458	(210.800)	675.658
Passivo circulante			**61.402**
Arrendamento a pagar			2.136
Parceria agrícola a pagar			59.266
Passivo não circulante			**614.256**
Arrendamento a pagar			4.297
Parceria agrícola a pagar			609.959
			675.658
Saldo em 01 de abril de 2021	886.458	(210.800)	675.658
Acréscimo por novos contratos	61.263	(20.600)	40.663
Remensuração	376.794	–	376.794
Pagamentos efetuados	(168.757)	–	(168.757)
Apropriação de encargos financeiros	–	49.032	49.032
Saldo em 31 de março de 2022	1.155.758	(182.368)	973.390
Passivo circulante			**169.931**
Arrendamento a pagar			7.278
Parceria agrícola a pagar			162.653
Passivo não circulante			**803.459**
Arrendamento a pagar			4.772
Parceria agrícola a pagar			798.687
			973.390

A Companhia adotou taxa de desconto incremental aplicada aos passivos de arrendamento com características e prazos razoavelmente semelhantes. As taxas são representadas por cotações e empréstimos bancários com instituições financeiras. Na data de adoção inicial dos contratos incorporados, foram utilizadas as cotações bancárias de 10,28% para imóveis, veículos e outros arrendamento e 8,73% para parceiros e arrendamento agrícolas. Para os contratos adicionados ao longo de 2020 e 2021, foram utilizadas as taxas médias de 9,17% e 9,18% para imóveis, veículos e outros arrendamento e 5,83% e 4,33% para parcerias e arrendamentos agrícolas respectivamente. Para os contratos adicionados ao longo de 2022, foi utilizada a taxa média de 9,06% para imóveis, veículos e outros arrendamento e 10,58% para parcerias e arrendamentos agrícolas. Os saldos estimados de arrendamento a pagar e parceiros agrícola a pagar no longo prazo tem a seguinte composição:

Prazo	2021	2020
de 1 a 2 anos	148.765	97.907
de 2 a 3 anos	133.044	86.729
de 3 a 4 anos	117.803	78.179
de 4 a 5 anos	101.340	68.874
de 5 a 6 anos	77.772	59.620
de 6 a 7 anos	64.403	45.792
de 7 a 8 anos	48.180	38.068
acima de 8 anos	112.152	139.087
	803.459	614.256

19. Fornecedores:

	2022	2021
Fornecedores de bens e serviços	31.002	30.748
Fornecedores de cana-de-açúcar	24.986	13.994
Outras contas a pagar	143	125
	56.131	44.867

(i) O saldo de fornecedores de bens e serviços referem-se a compras de materiais, insumos, serviços e equipamentos. (ii) Os valores a pagar a fornecedores de cana-de-açúcar levam em consideração a cana-de-açúcar entregue e ainda não paga, bem como o eventual complemento de preço calculado com base no preço final de safra, que utiliza o índice do ATR - Açúcar Total Recuperado divulgado pelo CONSECANA - Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo. A exposição da Companhia para os riscos de moeda e de crédito relacionados a fornecedores e outras contas a pagar está divulgada na Nota 33. **20. Empréstimos e financiamentos:** Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota 33.

Modalidade	Moeda	Encargos	2022	2021
Nota de Crédito a Exportação - NCE	US$	Variação cambial mais juros de 4,23% (igual em 2021)	24.145	29.022
Pré-Pagamento de Exportação-PPE	US$	Variação Cambial mais juros de 1,90% a.a até 4,00% a.a. mais LIBOR 6M (igual em 2021)	110.432	51.978
CPR Financeira	R$	Variação do CDI acrescido de Juros de 1,60% a 1,90% a.a. (igual em 2021)	158.190	177.242
Certificados Recebíveis do Agronegócio	R$	Variação do CDI acrescido de Juros de 1,9145% a.a.	72.999	
Cédula de Crédito Bancário	R$	Variação do CDI acrescido de Juros de 1,30% a 2,6% a.a. (2021 - 0,95% a 2,6%)	263.430	116.744
Finex	R$	Variação do CDI acrescido de Juros de 1,6592% a.a. (igual em 2021)	142.261	136.139
Finame	R$	Juros de 2,50% a 5,50% a.a. (igual em 2021)	398	1.133
Finame	R$	TJLP acrescida de 2,98% a.a. (igual em 2021)	227	292
Finem	R$	Juros de 1,77% a 3,07% a.a. (igual em 2021)	3.654	1.523
Finem (a)	R$	TLP acrescida de 1,66% a 2,07% a.a. (igual em 2021)	240.151	273.886
			1.015.887	787.959
Passivo circulante			(115.242)	(85.012)
Passivo não circulante			900.645	702.947

(a) Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Finem): Refere-se a contratação junto ao BNDES, para ampliação da capacidade de moagem da Companhia no montante de R$ 332.600, com custo médio de 4,91% na taxa prefixada + taxa pós da TLP-IPCA, a ser liberado por tranches, de acordo com os gastos apresentados. O saldo da dívida é apresentado líquido dos gastos incorridos na operação, os quais estão sendo apropriados no resultado mensalmente com base na taxa efetiva da operação. Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição por vencimento:

Vencimentos	2022	2021
de 1 a 2 anos	173.413	144.439
de 2 a 3 anos	296.236	145.531
de 3 a 5 anos	237.607	239.294
acima de 5 anos	193.389	173.683
	900.645	702.947

A composição do saldo total por instituição financeira em 31 de março de 2022 é a seguinte:

Instituição financeira	Circulante	Não Circulante	Total
BNDES	33.951	209.855	243.806
Banco Santander	34.261	108.000	142.261
Banco Itaú Unibanco	10.338	118.750	129.088
Banco Safra	6.617	101.249	107.866
Banco Votorantim	849	78.571	79.420
Virgo Companhia de Securitização	31	72.967	72.998
Banco BTG Pactual	302	69.757	70.059
Banco Rabobank	6.898	59.223	66.121
China Construction Bank	12.331	31.980	44.311
Banco Bocom BBM	913	34.500	35.413
Banco ABC Brasil	8.353	15.793	24.146
Banco Bradesco	398	–	398
	115.242	900.645	1.015.887

Estão garantidos por alienação fiduciária dos bens do ativo imobilizado financiados, hipotecas, cessão de recebíveis, avais dos acionistas e aplicações financeiras conforme Nota 17 (a). A Companhia possui cláusulas restritivas em seus contratos de empréstimos e financiamentos relativos a indicadores financeiros, que são avaliados a cada encerramento de exercício social. Em 31 de março de 2022 e de 2021, todas as cláusulas foram cumpridas. (a) A dívida líquida comparada ao EBTIDA não pode ser maior que 2,50x; 2,75x e 3,0x, a depender do contrato; (b) A liquidez corrente não pode ser menor que 1,0x e 1,1x, a depender do contrato; (c) A despesa financeira comparada ao EBTIDA não pode ser menor 1,5x a depender do contrato.

21. Obrigações com a Cooperativa:

	2022	2021
Tributos e contribuições parcelados - atualizado pela variação da SELIC	2.397	3.235
Tributos e contribuições sub-judice - atualizado pela variação da SELIC	8.489	8.437
Repasse de recursos sem incidência de encargos	8.551	8.551
	19.437	20.223
Passivo circulante	(928)	(903)
Passivo não circulante	18.509	19.320

No processo de cisão (Nota 1), os direitos e obrigações relacionados a Cooperativa foram divididos em 50% para cada uma das partes. Correspondem a recursos repassados pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo que seguirão em aberto até sua liquidação mesmo após o desligamento da Companhia. São garantidos por notas promissórias e por fianças bancárias. Nos termos negociados no desligamento da Cooperativa, a Companhia é responsável pelo pagamento de obrigações, proporcionalmente à sua participação em safras anteriores na Cooperativa, que venham a resultar de autuações fiscais que poderão surgir e que se refiram a períodos em que a Companhia era cooperada. Da mesma forma, a Companhia é responsável proporcionalmente à sua participação na Cooperativa por ações em andamento para as quais não existe provisão contábil pelo fato de os consultores jurídicos classificarem a probabilidade de perda como remota ou possível.

22. Salários e contribuições sociais:

	2022	2021
Salários e ordenados a pagar	3.853	3.175
Provisão de participação nas Metas e Resultados	1.448	3.374
Provisão de férias e 13º salário	12.686	11.078
Encargos sobre a folha de pagamento	3.916	2.911
Outras contribuições	29	26
	21.932	20.564

23. Partes relacionadas: (i) Remuneração com pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração inclui os membros da diretoria e os gerentes de divisão. No exercício findo em 31 de março de 2022, a remuneração paga a esses profissionais foi de R$ 5.250 (2021 - R$ 4.994). **(ii) Outras transações com partes relacionadas:** Os principais saldos de passivos, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com os usufrutuários das ações:

	2022	2021
Juros sobre o capital próprio	12.487	3.060
Empréstimos de acionistas	76.381	–
Dividendos a pagar	830	4.152
Parceria Agricola a Pagar	44.140	23.379
	133.838	30.591
Passivo Circulante	(18.543)	(8.925)
Passivo não Circulante	115.295	21.666

Transações	2022	2021
Compra de cana-de-açúcar	4.805	2.194
Juros de parceria agrícola a pagar	1.133	354

(iii) Empréstimos de partes relacionadas:	2022	2021
Saldo em 01 de abril de 2021		
Empréstimos recebidos durante o exercício	73.000	–
Juros apropriados	3.381	–
Saldo em 31 de março de 2022	76.381	–

A Companhia e seu principal acionista firmaram contrato de mútuo financeiro que preveem correção pelo IPCA, acrescidos de juros de 7% ao ano. O pagamento do valor principal do mútuo e a totalidade dos juros sobre o mesmo incidente, deverão ser pagos até a data de vencimento de acordo com o cronograma abaixo:

Vencimentos	2022
15/04/2023	7.638
15/04/2024	7.638
15/04/2025	7.638
15/04/2026	7.638
15/04/2027	7.638
15/04/2028	7.638
15/04/2029	7.638
15/04/2030	7.638
15/04/2031	7.638
15/04/2032	7.638
	76.381

24. Adiantamentos de clientes: Valores adiantados por clientes em operações de venda de produtos, substancialmente de etanol hidratado. Referem-se aos clientes denominados "emergentes" que, em função de sua avaliação de risco, não possuem limite de crédito e, por isso, precisam fazer pré-pagamento (adiantamento) para realizar a retirada do produto. **25. Tributos a recolher:**

	2022	2021
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	2.390	3.254
Tributos retidos a recolher	1.667	763
	4.057	4.017

26. Provisão para contingências:

	2021	Provisão	(Reversão)	(Pagamentos)	2022
Cíveis (i)	1.276	–	–	(243)	1.033
Trabalhistas (ii)	1.887	1.048	–	(911)	2.024
	3.163	1.048	–	(1.154)	3.057
	2020	**Provisão**	**(Reversão)**	**(Pagamentos)**	**2021**
Cíveis (i)	1.360	–	(84)	–	1.276
Trabalhistas (ii)	1.289	1.357	–	(759)	1.887
	2.649	1.357	(84)	(759)	3.163

Refere-se a provisão para pagamento de processos cíveis e trabalhistas que se encontram em andamento e para os quais a possibilidade de perda é provável. (i) Cíveis - Refere-se a processos em que a contraparte pleiteava indenização por danos materiais e morais. (ii) Trabalhistas - As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) horas extras; (ii) horas "in itinere"; (iii) supressão do intervalo intrajornada; e (iv) adicionais de periculosidade e insalubridade. Além disso, existem processos pleiteando indenizações por danos morais e materiais. Conforme cisão ocorrida em 29 de fevereiro de 2020, a Companhia firmou um acordo particular sobre os processos judiciais de natureza civil e tributária, que serão controlados pela Usina Batatais S/A Açúcar e Álcool, com resultados positivos e negativos repassados na proporção de 50% para a Companhia. Esses compromissos perfazem o montante estimado em 31 de março de 2022 em R$ 34.469 (2021 - R$ 32.820), cuja materialização, na avaliação suportada por consultores jurídicos, é possível, para as quais a administração da Companhia, entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda. A Companhia possui contingência ativa, através da Ação Ordinária 90.0002276-2, com base na disposição na Lei nº 4.870/65, garantindo o direito de recebimento da indenização pelos prejuízos da fixação dos preços de açúcar e de álcool em patamar inferior ao apurado pelo custo médio regional de produção, referente ao período em questão (março/1985 a outubro/1989). A Companhia faz jus a rateio de crédito decorrente deste processo, sendo na qualidade de ex-cooperada da Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo. A Companhia possui ação com trânsito em julgado do ICMS na base do Pis/COFINS. Apesar do julgamento no STF favorável aos contribuintes (repercussão geral), ainda existem algumas incertezas em relação aos critérios de apuração dos créditos e complexidades da determinação dos valores, principalmente pelo período de apuração (incluí período em que era cooperada e anterior a cisão) e regime especial de tributação do etanol. A Companhia contratou especialistas tributários para a avaliação dos critérios e apuração dos créditos passíveis de recuperação. A administração estima que os referidos créditos são no montante de R$ 13.000, os quais serão registrados contabilmente quando houver segurança na mensuração dos mesmos. **27. Tributos diferidos:** Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	2021	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	2022
Imposto de renda sobre prejuízos fiscais	1.129	(1.129)	–	–
Contribuição social sobre base de cálculo negativa	406	(406)	–	–
Tributos sobre Swap	(300)	8.245	–	7.945
Tributos sobre contingências	1.075	(28)	–	1.047
Tributos sobre crédito de liquidação duvidosa	274	–	–	274
Tributos sobre outras diferenças temporárias	(220)	727	–	507
Instrumentos financeiros derivativos	55.161	(12.218)	(16.407)	26.536
Mais-valia de ativo imobilizado (Deemed cost)	(8.446)	655	–	(7.791)
Variação do valor justo do ativo biológico	(8.228)	(7.368)	–	(15.596)
Depreciação acelerada incentivada	(101.626)	(19.149)	–	(120.775)
Diferenças entre depreciação contábil e fiscal	(47.178)	(5.260)	–	(52.438)
Valor justo investimentos	(2.048)	2.048	–	–
Arrendamentos e parcerias agrícolas	14.695	3.825	–	18.520
Outros	(2.615)	2.887	–	272
	(97.921)	(27.171)	(16.407)	(141.499)

	2020	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	2021
Imposto de renda sobre prejuízos fiscais	13.917	(12.788)	–	1.129
Contribuição social sobre base de cálculo negativa	5.010	(4.604)	–	406
Tributos sobre Swap	2	(302)	–	(300)
Tributos sobre contingências	900	–	–	1.075
Tributos sobre crédito de liquidação duvidosa	274	–	–	274
Tributos sobre outras diferenças temporárias	184	(404)	–	(220)
Instrumentos financeiros derivativos	4.627	(3.737)	54.271	55.161
Mais-valia de ativo imobilizado (Deemed cost)	(9.052)	606	–	(8.446)
Variação do valor justo do ativo biológico	457	(8.685)	–	(8.228)
Depreciação acelerada incentivada	(79.288)	(22.338)	–	(101.626)
Diferenças entre depreciação contábil e fiscal	(41.645)	(5.533)	–	(47.178)
Valor justo investimentos	(2.048)	–	–	(2.048)
Arrendamentos e parcerias agrícolas	8.459	6.236	–	14.695
Outros	(20)	(2.595)	–	(2.615)
	(98.223)	(53.969)	54.271	(97.921)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. A Companhia, utiliza taxas de depreciação diferentes daquelas previstas pela legislação vigente, que levam em consideração o prazo de vida útil estimado dos bens alocados no seu ativo imobilizado. A diferença existente entre o encargo de depreciação gerado com base na taxa fiscal e aquele gerado com base na taxa contábil é ajustada na apuração do Lucro Real, sendo o crédito ou débito tributário reconhecido no mesmo período. A compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa acumulada da contribuição social está limitada a 30% do lucro real anual, sem prazo de prescrição e não sujeita a atualização monetária ou juros. O reconhecimento de créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas tem como base projeções de resultado da Companhia que suportam a recuperação dos créditos tributários, em conformidade com as práticas contábeis vigentes. Os débitos tributários são realizados substancialmente em função da depreciação e baixa dos ativos imobilizados que os originaram. Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e quando relacionado à mesma autoridade fiscal. Assim, os saldos de tributos diferidos demonstrados a seguir referem-se aos montantes líquidos. **Período estimado de realização dos créditos tributários:** Créditos tributários diferidos, são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado com lucro tributável e na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social:**

	2022		2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	117.097	117.097	172.575	172.575
Juros sobre o capital próprio	(19.000)	(19.000)	(3.600)	(3.600)
	98.097	98.097	168.975	168.975
Alíquota fiscal máxima	25%	9%	25%	9%
Cálculo pela alíquota máxima	(24.500)	(8.829)	(42.220)	(15.208)
Adições permanentes				
Despesas indedutíveis	(595)	(209)	(535)	(196)
Exclusões permanentes				
Diferença na tributação dos CBIOS	3.265	1.175	1.823	656
Tributos no resultado	(21.830)	(7.863)	(40.932)	(14.748)
Impostos correntes	(1.851)	(671)	(1.252)	(459)
Impostos diferidos	(19.979)	(7.192)	(39.680)	(14.289)

28. Patrimônio líquido: (i) Capital social: Em 31 de março de 2022 e de 2021, o capital social é representado por 2.930.102 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com a seguinte composição:

	2022		2021	
	Nº de ações	%	Nº de ações	%
Equi Participações e Empreendimentos S.A.	2.930.102	100,0%	2.930.102	100,0%
	2.930.102	100,0%	2.930.102	100,0%

As ações pertencentes à Equi Participações e Empreendimentos S.A. são gravadas com usufruto em nome de Lourenço Biagi, e resguarda ao usufrutuário direito aos dividendos e juros sobre o capital próprio. O direito de voto não foi resguardado e, portanto, pertence à holding Equi. **(ii) Reserva de lucros: Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reserva de retenção de lucros:** Em atendimento ao disposto na Lei 11.638/07, a administração efetuou a proposta de destinação do lucro remanescente, após constituição das reservas legal e estatutária e dos dividendos obrigatórios, à constituição de reserva de retenção de lucros para futura destinação dos acionistas. Essa proposta será objeto de avaliação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária. Em 26 de julho de 2021, foi deliberado e aprovado conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, a distribuição de dividendos adicionais no montante

continuação

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022 da Lins Agroindustrial S.A. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

			Valor contábil					Valor justo
31 de março de 2022	**Valor justo por meio do resultado abrangente**	**Valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Passivos financeiros								
Fornecedores	–	–	56.131	56.131	–	–	–	
Empréstimos e financiamentos	–	–	1.015.887	1.015.887	–	–	–	
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	–	–	973.390	973.390	–	–	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	143.754	1.859	–	145.613	–	145.613	–	145.613
Swaps de taxa de juros utilizados para hedging	–	24.629	–	24.629	–	24.629	–	24.629
Obrigações com a Cooperativa	–	–	19.437	19.437	–	–	–	–
Dividendos e Juros sobre capital próprio	–	–	(18.543)	(18.543)	–	–	–	–
Empréstimos de acionistas	–	–	76.381	76.381	–	–	–	–
	143.754	26.488	2.046.302	2.292.925	–	170.242	–	170.242

			Valor contábil					Valor justo
31 de março de 2021	**Valor justo por meio do resultado abrangente**	**Valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	–	–	309.753	309.753	–	–	–	–
Aplicações financeiras	–	–	190.578	190.578	–	–	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	213	–	–	213	–	213	–	213
Swaps de taxa de juros utilizados para hedging	–	901	–	901	–	901	–	901
Contas a receber de clientes	–	–	86.819	86.819	–	–	–	–
Investimentos	–	–	615	615	–	–	–	–
Demais contas a receber	–	–	7.508	7.508	–	–	–	–
	213	901	595.273	596.387	–	1.114	–	1.114
Passivos financeiros								
Fornecedores	–	–	44.867	44.867	–	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	–	–	787.959	787.959	–	–	–	–
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	–	–	675.658	675.658	–	–	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	122.471	39.336	–	161.807	–	161.807	–	161.807
Swaps de taxa de juros utilizados para hedging	–	889	–	889	–	889	–	889
Obrigações com a Cooperativa	–	–	20.223	20.223	–	–	–	–
Dividendos e Juros sobre capital próprio	–	–	7.212	7.212	–	–	–	–
Demais contas a pagar	–	–	969	969	–	–	–	–
	122.471	40.225	1.536.888	1.699.584	–	162.696	–	162.696

(ii) Mensuração do valor justo: O valor justo de contas a receber de clientes e outros recebíveis, é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados nas datas-base de apresentação que se equiparam aos valores contábeis. Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de março de 2022.

				Valor justo
31 de março de 2022	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Ativos				
Instrumentos financeiros derivativos	–	72.097	–	72.097
Swaps de taxa de juros utilizados para hedging	–	393	–	393
Ativo biológico	–	–	232.177	232.177
	–	72.490	232.177	304.667
Passivos				
Instrumentos financeiros derivativos	–	145.613	–	145.613
Swaps de taxa de juros utilizados para hedging	–	24.629	–	24.629
	–	170.242	–	170.242

				Valor justo
31 de março de 2021	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Ativos				
Instrumentos financeiros derivativos	–	213	–	213
Swaps de taxa de juros utilizados para hedging	–	901	–	901
Estoque de Cbios	1.605	–	–	1.605
Ativo biológico	–	–	182.582	182.582
	1.605	1.114	182.582	185.301
Passivos				
Instrumentos financeiros derivativos	–	161.807	–	161.807
Swaps de taxa de juros utilizados para hedging	–	889	–	889
	–	162.696	–	162.696

(iii) Gerenciamento de risco financeiro: A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco operacional; e Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital. **Estrutura do gerenciamento de risco:** A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. Exposição a riscos de crédito: O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	**2022**	**2021**
Caixa e equivalentes de caixa	5	476.092	309.753
Aplicações financeiras	5	103.534	190.578
Contas a receber de clientes	6	49.757	86.819
Instrumentos derivativos não realizados	33	72.490	1.344
Demais contas a receber	14	46.059	7.508
		747.932	596.002

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: A Companhia tem como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez, conforme estabelecido em sua política de gestão de risco. Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionalmente ao saldo de financiamentos junto a cada uma das instituições. O caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras são mantidos com bancos e instituições financeiras, as quais são consideradas de primeira linha. Contas a receber de clientes: A Companhia segue os critérios de avaliação estabelecidos em sua política de crédito e cobrança, a qual determina os seguintes principais parâmetros: (i) classes de risco para enquadramento dos clientes; (ii) prazo de validade dos limites estabelecidos; (iii) forma de avaliação dos clientes com base em suas demonstrações financeiras para enquadramento nas classes de risco; (iv) níveis de aprovação dos limites estabelecidos; e (v) forma de cobrança em caso de atraso/inadimplência. Vendas para clientes que não disponibilizam suas demonstrações ou para aqueles que tenham situação financeira insatisfatória, ou mesmo vendas realizadas acima dos limites estabelecidos, devem ser realizadas obrigatoriamente com pagamento antecipado. As outras contas a receber de clientes estão basicamente representadas por clientes compradores de subprodutos da Companhia, bem como por venda de cana-de-açúcar. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Não há concentração de risco de crédito. Instrumentos derivativos não realizados: A Companhia opera com instituições de primeira linha e avalia, periodicamente, o rating das instituições disponibilizado no mercado, conforme parâmetro estabelecido na política de gestão de risco. Além disso, na mesma política foi estabelecido o limite máximo de exposição por contraparte. **Garantias:** A Companhia tem como política não fornecer garantia a terceiros. Perdas por redução no valor recuperável: A Companhia constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R$ 806 (igual valor em 2020), para fazer face a inadimplência de determinadas contas a receber de clientes. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas a terceiros ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia utiliza-se de sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da maximização de seu retorno de caixa em investimentos. A previsão do fluxo de caixa é realizada pelos gestores dos departamentos chave da Companhia e submetida à aprovação da Administração. A Companhia tem como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de commodities. São mantidas pela Companhia aplicações financeiras representadas substancialmente por aplicações de renda fixa indexadas à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com características de alta liquidez. Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes. Exposição ao risco de liquidez: Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados abaixo:

						2022
	Valor contábil	**Fluxo de caixa não descontado**	**menos de 1 ano**	**entre 1 e 2 anos**	**entre 2 e 5 anos**	**acima de 5 anos**
Fornecedores	56.131	56.131	56.131	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	1.015.887	1.554.183	230.451	309.270	736.255	278.207
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	973.390	1.347.171	170.334	167.504	463.035	546.298
Obrigações com a Cooperativa	19.437	19.523	982	956	546	17.039
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	13.317	12.487	12.487	–	–	–
Empréstimos de acionistas	76.381	189.740	–	19.641	42.462	127.637
Instrumentos financeiros derivativos	170.242	170.242	170.242	–	–	–
	2.324.785	3.349.478	640.627	497.371	1.242.298	969.182

						2021
	Valor contábil	**Fluxo de caixa não descontado**	**menos de 1 ano**	**entre 1 e 2 anos**	**entre 2 e 5 anos**	**acima de 5 anos**
Fornecedores	44.867	44.867	44.867	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	787.959	1.027.556	134.123	192.494	480.424	220.515
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	675.658	959.208	110.900	110.310	397.398	340.600
Obrigações com a Cooperativa	20.223	20.412	1.180	1.148	1.758	16.326
Dividendos e juros sobre o capital próprio	7.212	7.212	7.212	–	–	–
Instrumentos derivativos não realizados	162.696	162.696	109.466	46.894	6.336	–
Outros passivos	969	969	969	–	–	–
	1.699.584	2.222.920	408.717	350.846	885.916	577.441

Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia, buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A existência de sistemas de informação integrados e íntegros apoia a administração na mitigação dos riscos da operação por meio da implementação de processos padronizados e automatizados. **Risco de mercado:** Risco de mercado representa a possibilidade de perdas financeiras que a Companhia está exposta, oriunda das variações sobre os preços das commodities, taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar e monitorar todas as exposições a esses riscos para que fiquem dentro de parâmetros aceitáveis, definidos pela Administração. A Companhia compra e vende derivativos e também cumpre com obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração e constantes da Política de Gestão de Riscos da Companhia. A Companhia opera com derivativos de commodities para minimizar a variabilidade do seu resultado causada pelo reconhecimento contábil de ativos e passivos, direitos e obrigações a valor justo, valorizados de acordo com a cotação dos preços de commodities nas Bolsas Internacionais (ICE/NYBOT) e índices divulgados pela CEPEA/ESALQ. As exposições a este tipo de risco são constantemente atualizadas, em virtude do curso normal de negócios da Companhia. Portanto, a gestão dessa exposição ocorre dinamicamente por meio de contratos derivativos com o objetivo de realizar ajustes de hedge de acordo com a nova necessidade. A utilização desses contratos derivativos é monitorada e baseada no limite de risco preestabelecido pela Administração. A totalidade dos produtos comercializados são produzidos pela própria Companhia. O açúcar é comercializado no mercado interno e externo, e o preço de venda é formado pelo indicador CEPEA/ESALQ e pelo preço do açúcar Sugar #11/ICE da Bolsa de Nova York. Isso faz com que estes sejam os principais fatores de risco do portfólio. A exposição líquida (que considera o açúcar produzido com cana-de-açúcar própria) é gerenciada por meio de instrumentos financeiros derivativos de açúcar Sugar #11/ICE (futuros ou de balcão) referenciados à mesma Bolsa e é monitorada por meio dos limites de risco preestabelecidos na Política de Gestão de Riscos pela Administração. O etanol é comercializado no mercado interno, e o seu preço de venda é formado pelo indicador CEPEA/ESALQ. Isso faz com que este seja o principal fator de risco deste portfólio. O monitoramento de exposição e riscos é realizado por meio dos limites preestabelecidos pela Administração, bem como com a definição de volumes de vendas em períodos que devem acompanhar a formação de preço do ESALQ. A Companhia utiliza basicamente duas categorias de instrumentos para controle da exposição de commodities: (i) Contratos derivativos futuros negociados diretamente pela Companhia em Bolsa (ICE/NYBOT e BM&F) ou balcão com instituições financeiras de primeira linha, incluindo nessa categoria o NDF (Non Deliverable Forward), e opções permitidas em Política. (ii) Contratos a termo negociados diretamente com clientes. O valor justo dos contratos derivativos futuros e de opções em bolsa é equivalente ao valor de mercado para a reversão de tais posições. As operações realizadas em ambiente de bolsa têm a necessidade da disponibilização de margens iniciais e os ajustes são realizados diariamente, de acordo com a variação do preço referencial. Para os contratos de balcão, a mensuração pelo valor justo é dada pela diferença entre preços fixados na contratação e seus respectivos valores de mercado. Essa mensuração segue os modelos usuais de mercado e são calculadas mensalmente tanto pela Companhia como pelos bancos que intermediam as operações. Existem limites concedidos pelas instituições e só haverá necessidade de depósitos de margem caso o ajuste seja superior ao limite concedido. Assim, o principal impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia se dá no momento da liquidação. **Instrumentos derivativos não realizados:**

			2022			**2021**
	Ativo	**Passivo**	**Resultado**	**Ativo**	**Passivo**	**Resultado**
Contratos de derivativos de açúcar	3.372	143.754	(23.172)	213	122.471	(14.176)
Contratos de derivativos de etanol	–	–	(263)	230	4.231	231
Contratos de derivativos de moeda	68.725	1.859	19.120	–	35.105	(11.500)
Contratos de derivativos de swap	393	24.629	(15.581)	901	889	8.427
	72.490	170.242	(19.896)	1.344	162.696	(17.018)

A Companhia faz uso da Contabilidade de Hedge, designando alguns instrumentos e tem seus resultados acumulados no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes, os quais serão levados ao resultado somente quando da liquidação do objeto de hedge. Os instrumentos não designados para a Contabilidade de Hedge seguem tendo sua marcação a mercado, bem como sua liquidação, alocadas na demonstração do resultado do período, dentro do resultado financeiro, tendo reconhecido uma perda de R$ 6.423 no exercício findo em 31 de março de 2022 (perda de R$ 5.687 no exercício findo em 31 de março de 2021). **Risco de moeda:** A Companhia está sujeita ao risco de moeda (dólar norte-americano) nas vendas, compras, contas a receber e empréstimos e financiamentos denominados em moeda diferente da respectiva moeda funcional da Companhia, no caso, o Real (R$). A Companhia utiliza Contratos de Balcão para proteger seu risco de moeda. Os ativos (caixa e equivalentes a caixa e contas a receber) e passivos monetários (empréstimos e financiamentos) denominados em moeda estrangeira são gerenciados pela sua exposição líquida, por meio de compras e vendas de moeda estrangeira a taxas à vista ou futuras (forwards), quando necessário, substancialmente para exposições de curto prazo. Juros sobre empréstimos são denominados na moeda do empréstimo. Em geral, os empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerados pelas operações básicas da Companhia, principalmente em Reais, mas também em USD. As exposições a este tipo de risco são constantemente atualizadas, em virtude do curso normal de negócios da Companhia. Portanto, a gestão dessa exposição e seus limites ocorrem dinamicamente por meio de contratos derivativos com o objetivo de realizar ajustes de hedge de acordo com a nova necessidade. O nível permitido de exposição cambial e os instrumentos financeiros derivativos que podem ser utilizados pela Companhia estão definidos na Política de Gestão de Riscos. Análise de sensibilidade de câmbio: A Companhia adotou três cenários para a análise de sensibilidade, sendo um provável, apresentado, abaixo, e quatro que possam apresentar efeitos de deterioração no valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia. O cenário Provável foi definido internamente pela Companhia e representa a expectativa com relação à variação deste indicador para os próximos 12 meses. Os cenários Possível e Remoto foram preparados com o agravo do risco em -25%, -50%, 25% e 50%, respectivamente. A metodologia utilizada foi o recálculo do valor presente das transações em dólares norte-americanos com estresse de cada cenário sobre a taxa de mercado do dia 31 de março de 2022, subtraído do valor já reconhecido e apurando-se o valor do resultado no qual a Companhia seria afetado de acordo com cada cenário. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes.

	Exposição 31/03/2022 em R$	**Risco**	**Câmbio**	**Exposição 31/03/2022 em USD**	**Câmbio provável**	**provável valor**	**redução em 50%**	**redução em 25%**	**Elevação em 25%**	**Elevação em 50%**
Passivos Financeiros										
Contas a receber de clientes	12.278	USD	4,7378	2.591	5,1900	1.172	(6.139)	(3.070)	3.070	6.139
Empréstimos e financiamentos	134.577	USD	4,7378	28.405	5,1900	(12.845)	67.289	33.644	(33.644)	(67.289)
Impacto total estimado	146.855			30.996		(11.673)	61.150	30.575	(30.575)	(61.150)

Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de aplicações financeiras e de empréstimos e financiamentos. Como política, as aplicações e parte significativa dos empréstimos e financiamentos são indexados a taxas pós-fixadas (Certificado de Depósito Interbancário - CDI), representando um hedge natural entre os saldos. O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos. Além disso, a administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. Ademais, a Companhia tem parte de sua dívida bancária atualizada por taxas de juros prefixadas, para as quais busca ter como teto o Certificado de Depósito Interbancário - CDI médio previsto para o prazo de vigência das operações. **Perfil:** Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros eram:

Ativos financeiros	**Indexador**	**2022**	**2021**
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	424.885	215.186
Aplicações financeiras	CDI	103.534	190.578
Demais contas a receber	CDI	1.607	2.507
		530.026	408.271
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos - CPR Financeira	CDI	158.190	177.242
Empréstimos e financiamentos - CRA	CDI	72.999	–
Empréstimos e financiamentos - CCB	CDI	263.430	116.744
Empréstimos e financiamentos - FINEX	CDI	142.261	136.139
Empréstimos e financiamentos - FINAME	TJLP	227	292
Empréstimos e financiamentos - FINEM	TLP	240.151	273.886
Obrigações com a Cooperativa - tributos e contribuições	SELIC	10.886	11.672
		888.144	715.975

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável: Com base no saldo das aplicações financeiras, do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos empréstimos, efetuamos uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Separamos os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir:

												Cenários
	Exposição 31/03/2022	**Risco**	**%**	**provável valor**	**aumento do índice em 25% %**	**aumento do índice em 25% valor**	**aumento do índice em 50% %**	**aumento do índice em 50% valor**	**redução do índice em 25% %**	**redução do índice em 25% valor**	**redução do índice em 50% %**	**redução do índice em 50% valor**
Ativos financeiros												
Aplicações financeiras	528.419	CDI	13,44%	71.020	16,80%	88.774	20,16%	106.529	10,08%	53.265	6,72%	35.510
Outros investimentos	1.607	CDI	13,44%	216	16,80%	270	20,16%	324	10,08%	162	6,72%	108
Total dos ativos financeiros	530.026			71.235		89.044		106.853		53.427		35.618
Passivos financeiros												
Empréstimos e financiamentos - CPR Financeira	(158.190)	CDI	13,64%	(21.577)	17,05%	(26.971)	20,46%	(32.366)	10,23%	(16.183)	6,82%	(10.789)
Empréstimos e financiamentos - CRA	(72.999)	CDI	13,64%	(9.957)	17,05%	(12.446)	20,46%	(14.936)	10,23%	(7.468)	6,82%	(4.979)
Empréstimos e financiamentos - CCB	(263.430)	CDI	13,64%	(35.932)	17,05%	(44.915)	20,46%	(53.898)	10,23%	(26.949)	6,82%	(17.966)
Empréstimos e financiamentos - FINEX	(142.261)	CDI	13,64%	(19.404)	17,05%	(24.256)	20,46%	(29.107)	10,23%	(14.553)	6,82%	(9.702)
Empréstimos e financiamentos - FINAME	(227)	TJLP	15,57%	(35)	19,46%	(44)	23,36%	(53)	11,68%	(27)	7,79%	(18)
Empréstimos e financiamentos - FINEM	(240.151)	TLP	15,57%	(37.392)	19,46%	(46.739)	23,36%	(56.087)	11,68%	(28.044)	7,79%	(18.696)
Obrigações com a Cooperativa - tributos e contribuições	(10.886)	SELIC	12,75%	(1.388)	15,94%	(1.735)	19,13%	(2.082)	9,56%	(1.041)	6,38%	(694)
Total dos passivos financeiros	(888.144)			(125.685)		(157.107)		(188.528)		(94.264)		(62.843)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				**(196.921)**		**(246.151)**		**(295.381)**		**(147.691)**		**(98.460)**

35. Gerenciamento de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de garantir a existência de recursos suficientes para investimentos necessários para a continuidade do seu negócio e garantir a liquidez necessária para suas atividades. Em concordância com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, arrendamentos e parceria agrícola a pagar (incluindo curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial.
O índice de alavancagem financeira da Companhia em 31 de março é apresentado a seguir:

	2022	**2021**
Empréstimos e financiamentos	1.015.887	787.959
Arrendamentos a pagar	12.050	6.433
Parceria agrícola a pagar	961.340	669.225
Menos: caixa e equivalentes a caixa	(476.092)	(309.753)
Menos: aplicações financeiras	(103.534)	(190.578)
Dívida líquida (a)	1.409.651	963.286
Total do patrimônio líquido (b)	518.440	484.444
Índice de alavancagem financeira (a/b)	2,72	1,99

36. Outras divulgações sobre os fluxos de caixa: (i) Movimentação da dívida liquida:

	Empréstimos bancários	**Arrendamentos a pagar**	**Parceria agrícola a pagar**	**Total da dívida**	**Caixa e equivalentes**	**Dívida líquida**
Dívida líquida em 1º de abril de 2021	746.541	10.461	541.248	1.298.250	(527.628)	770.622
Movimentações que afetam o fluxo de caixa						
Captações	88.000	–	–	88.000	27.297	115.297
Amortizações	(46.051)	(5.948)	(100.925)	(152.924)	–	(152.924)
Encargos financeiros pagos	(53.308)	–	–	(53.308)	–	(53.308)
Movimentações que não afetam o fluxo de caixa						
Acréscimo por novos contratos	–	672	86.332	87.004	–	87.004
Remensuração	–	579	99.185	99.763	–	99.763
Apropriação de encargos financeiros	–	669	43.385	44.054	–	44.054
Variações monetárias/cambiais reconhecida no resultado	52.777	–	–	52.777	–	52.777
Dívida líquida em 31 de março de 2021	787.959	6.433	669.225	1.463.617	(500.331)	963.286
Dívida líquida em 1º de abril de 2021	787.959	6.433	669.225	1.463.617	(500.331)	963.286
Movimentação que afetam o fluxo de caixa						
Captações	391.298	–	–	391.298	(79.295)	312.003
Amortizações	(150.747)	(8.160)	(160.598)	(319.505)	–	(319.505)
Encargos financeiros pagos	(66.391)	–	–	(66.391)	–	(66.391)
Movimentações que não afetam o fluxo de caixa						
Acréscimo por novos contratos	–	10.829	29.835	40.664	–	40.664
Remensuração	–	1.788	375.006	376.794	–	376.794
Apropriação de encargos financeiros	–	1.160	47.872	49.032	–	49.032
Variações monetárias/cambiais reconhecida no resultado	53.768	–	–	53.768	–	53.768
Dívida líquida em 31 de março de 2022	1.015.887	12.050	961.340	1.989.277	(579.626)	1.409.651

37. Compromissos: Compromisso de compra de cana-de-açúcar: A Companhia possui diversos contratos de fornecimento de cana-de-açúcar com terceiros, com a finalidade de garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantia a ser paga pela Companhia será determinada para cada período de colheita ao término de tal período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pela CONSECANA. Adicionalmente a Companhia possui compromissos para a próxima safra, firmados com clientes para o fornecimento tanto no mercado interno quanto no mercado externo de produtos acabados. Possui ainda compromissos firmados para a próxima safra com fornecedores para aquisição de insumos agrícolas e industriais. **38 Aspectos ambientais:** As instalações de produção da Companhia e suas atividades industriais e agrícolas são sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor. **39. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades. **40. Considerações acerca da guerra entre Rússia e Ucrânia:** O cenário econômico global está sendo impactado pelo conflito no leste europeu entre Rússia e Ucrânia, podendo afetar o cenário do agronegócio brasileiro inclusive o setor sucroenergético, principalmente quanto a disponibilidade e preços de fertilizantes, combustíveis e outras commodities. A Companhia possui contratos firmados com seus parceiros para fornecimentos de seus principais insumos e até o momento estão sendo cumpridos conforme o cronograma estabelecido. Além disso, a administração da Companhia faz o acompanhado dos desdobramentos do conflito e tem buscado soluções para mitigar os impactos para seus processos produtivos. Essas demonstrações financeiras não consideram quaisquer efeitos decorrentes desse conflito.

A Diretoria **Contador: Alexandre Boldrin -** CRC 1SP 277699/O-2

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas:
Lins Agroindustrial S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras Lins Agroindustrial S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lins Agroindustrial S.A. ("Companhia") em 31 de março de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza rel